

Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO XI- Nº 81 - MAIO DE 2023

@adufgsindicato

CARREIRA CIENTÍFICA

Páginas 8 e 9

CIÊNCIA TAMBÉM É LUGAR DE MULHER, SIM!

Nas universidades públicas de Goiás, o número de mulheres cientistas tem crescido ao longo dos anos. No entanto, desafios ainda persistem



EDUCAÇÃO

NOVO ENSINO MÉDIO É ALVO DE CRÍTICAS DE ENTIDADES E ESPECIALISTAS

Página 6

UFCAT

PROJETO PROMOVE O MAPEAMENTO DE CACHOEIRAS DE ARAGUARI (MG)

Página 7

REAJUSTE SALARIAL

PROPOSTA É ACEITA, MAS ENTIDADES JÁ SE MOBILIZAM PARA 2024

Página 10

TRAJETÓRIA

DOCENTE DA UFJ JÁ MAIS DE 20 ANOS, EDÉSIO FIALHO DOS REIS CONTA SUA HISTÓRIA

Página 16

Prestação de contas**Outubro de 2022**

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	385.533,43
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	13.972,02
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.376,43
1.4	Receitas Financeiras	13.339,19
1.5	Outras Receitas	4.878,45
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		419.099,52

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	96.238,56
2.1.2	Encargos Sociais	45.509,25
2.1.3	Seguro de Vida	691,93
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.115,10
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	2.476,95
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.071,71
Total R\$		147.862,24

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.700,98
2.2.2	Despesas com Correios	5.249,20
2.2.3	Energia Elétrica	5.367,39
2.2.4	Honorários Advocáticos	15.249,20
2.2.5	Honorários Contábeis	4.735,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	16.570,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	5.407,30
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	614,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	698,69
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.069,40
2.2.13	Serviços de Informática	3.168,15
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	500,00
2.2.15	Água e Esgoto	3.840,24
Total R\$		65.569,72

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	6.571,10
2.3.2	Despesas com Tâxi	120,00
2.3.3	Despesas com Coral	2.892,75
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	582,61
2.3.5	Diárias de Viagens	8.164,05
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.267,28
2.3.7	Lanches e Refeições	5.256,79
2.3.8	Sextart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	21.507,01
2.3.10	Manutenção de Veículos	200,00
2.3.11	Festa do Professor	31.114,29
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.160,49
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	7.320,17
2.3.16	Hospedagens Hotéis	5.074,65
2.3.17	Material de expediente	1.598,16
2.3.18	Outras despesas diversas	4.070,50
2.3.19	Manutenção e Conservação	8.335,66
2.3.20	Homenagens e Condecorações	320,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	5.229,30
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.230,49
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Festa do Professor Sd. Adm. Jataí	10.881,14
2.3.25	Sextart Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	9.466,66
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		134.363,10

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.747,12
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	1.120,43
Total R\$		4.867,55

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	15.383,04
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifes Federação	25.611,85
Total R\$		45.842,89

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	398.505,50
3 Resultado do exercício 09.2021 (1-2)	20.594,02

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	9.530,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	7.301,54
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		16.831,54

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	3.569,28
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		3.569,28

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	60,00
Total R\$		60,00

Total Geral dos Investimentos R\$	133,20
5 Resultado Geral do exercício 09.2022 (3-4)	

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

ENFIM, O REAJUSTE

Quando a edição 81 do Jornal do Professor foi fechada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha acabado de sancionar o projeto de lei que concede reajuste salarial de 9% aos servidores públicos federais, além do aumento de R\$ 200 no auxílio alimentação. Os novos valores entram em vigor ainda neste mês de maio. A medida ocorre após seis anos de defasagem.

Especificamente em relação aos professores das universidades federais, a última negociação foi feita em 2015, na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. Na época, foi feito um acordo, que durou até 2017.

De 2019 a 2022, no último governo, não houve qualquer negociação com os servidores públicos. Afinal, a gestão adotou uma política contrária à expansão dos serviços públicos e a qualquer iniciativa de reajuste salarial. Tudo isso afetou as condições de trabalho de todas as categorias de servidores.

O Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação estiveram presentes durante as negociações do reajuste de 9%. As duas entidades reconhecem a importância de um governo que está aberto para negociar com as categorias e entendem que, apesar de estar longe do ideal, o índice de 9% é uma vitória. Porém, como a defasagem da categoria docente já ultrapassou os 40%, as duas entidades defendem que o movimento sindical continue a cobrança para que o governo instale as mesas setoriais de negociação para que a campanha salarial de 2024 seja ainda mais efetiva.

A questão do reajuste salarial é abordada nesta edição do Jornal do Professor. A publicação traz, ainda, em sua reportagem de capa, dados sobre a participação das mulheres na ciência. Também estão disponíveis artigos de opinião e notícias das três universidades federais localizadas em Goiás.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



20ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Geci Silva
Diretor Presidente

Luciene Dias
1ª Vice-presidenta

Luís Contim
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Gláucia Carielo
Diretora secretária

Tatiana Fiuza
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Flávio Silva
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educação e de Carreira

Romualdo Pessoa
Diretor Financeiro

André Geyer
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Ana Kratz
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Geovana Reis
Diretora de Relações
Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XI - Nº 81

MAIO DE 2023

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem/Edição

Lígia Saba
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Erik Ely

Diagramação: Raphael Dourado

Data de fechamento: 02/05/2023

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Sandramara Matias Chaves
Diretora Executiva da FUNAPE

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO DE PROJETOS

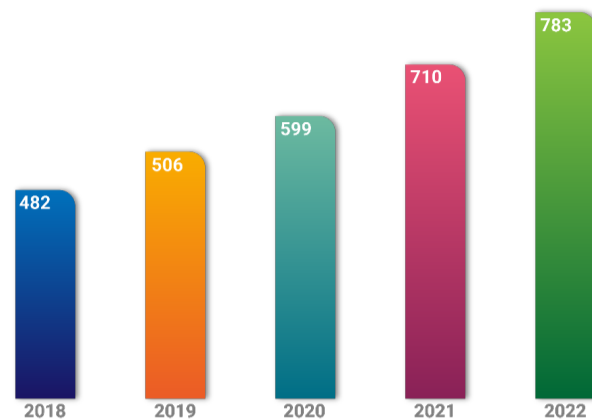
A Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) foi criada em 02 de junho de 1981, por um grupo de pesquisadores, como uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo como objetivo dar suporte e apoio administrativo - gerencial na captação e execução de recursos para a pesquisa, oriundos de fontes nacionais e internacionais, e na gestão dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional das instituições apoiadas.

Sua missão é “atuar como escritório de negócios em apoio à Universidade Federal de Goiás - UFG, demais IFES e Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs apoiadas, servindo de elo entre a academia e agentes produtivos visando promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país”.

Ao longo da sua existência, a FUNAPE potencializou a sua atuação nas atividades que lhe são inerentes, investiu na infraestrutura física e de pessoal e na ampliação da sua capacidade de captação de recursos. O crescimento e consolidação da Fundação reflete uma trajetória exitosa e a coloca como uma das principais Fundações de Apoio no cenário regional e nacional.

Todo esse crescimento é marcado pelo compromisso, lisura, transparência e qualidade do trabalho desenvolvido pelas equipes dos diferentes setores que a compõem e pela diversificação do seu escopo de atuação.

Ainda que enfrentando contextos adversos e escassez de investimentos em pesquisa e inovação nos últimos anos, a FUNAPE superou desafios e, de maneira arrojada, aumentou seus índices de captação e de projetos apoiados, conforme demonstrado no gráfico, e ainda atuou de forma ativa na gestão de projetos relativos à pandemia, contribuindo de forma expressiva com o enfrentamento da Covid-19.



Evolução do Quantitativo de Projetos Gerenciados pela FUNAPE

“ AO LONGO DA SUA EXISTÊNCIA, A FUNAPE POTENCIALIZOU A SUA ATUAÇÃO NAS ATIVIDADES QUE LHE SÃO INERENTES, INVESTIU NA INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL E NA AMPLIAÇÃO DA SUA CAPACIDADE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ”

A expectativa no que diz respeito a investimentos em pesquisa e inovação neste e nos próximos anos, é positiva e aponta para a continuidade do crescimento da FUNAPE. Para além disso, aponta para uma contribuição cada vez mais expressiva da Fundação para com a UFG e demais instituições apoiadas

e, conseqüentemente, com a melhoria da qualidade de vida da população e com o desenvolvimento do país, por meio dos avanços científicos e tecnológicos e da produção de conhecimentos gerados pelos projetos apoiados.

Os recursos aplicados em ciência e tecnologia, um setor tão estratégico para o desenvolvimento de um país e para a própria economia, caíram significativamente nos últimos anos, o que configura um retrocesso dos investimentos em C&T, especialmente no último governo, que desconsiderou o papel da ciência e a importância de investimentos no setor. O orçamento para ciência e tecnologia em 2022 foi o menor dos últimos 10 anos. Esses cortes geram conseqüências não só imediatas, mas também a longo prazo para a sociedade brasileira.

Muitos fatores dificultam e até mesmo inviabilizam o trabalho de cientistas e bolsistas de pesquisa, como a escassez de recursos, a inexistência de condições adequadas para o desenvolvimento das pesquisas, dentre outros. Políticas de estado arrojadas e a conseqüente ampliação de investimentos em P&D no país são fundamentais para viabilizar o incremento da pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento e para recolocar o Brasil em um cenário que favoreça o desenvolvimento científico e tecnológico e o melhor aproveitamento do potencial do país nesse campo.

As perspectivas neste novo governo quanto ao fomento à ciência, à cultura, ao desenvolvimento institucional e ao apoio à rede federal de instituições de educação superior são muito animadoras e com certeza, a despeito dos desafios, ampliarão as possibilidades de captação para pesquisadores e professores em geral e conseqüentemente para a FUNAPE, no apoio e gestão de projetos com a qualidade que historicamente vem caracterizando a atuação da Fundação na concretização da sua missão.



Foto: Divulgação



Ítalo Camilo S. Nogueira
Professor da Faculdade de Administração
da UFG - Campus Goiás

OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO MUNDO MODERNO

O mundo vem sofrendo constantes mudanças devido ao desenvolvimento célere das tecnologias, tornando um grande marco da história. Os impactos causados por esse ápice são evidentes diante da sociedade, bem como em empresas, nas áreas de saúde, educação etc. Assim, torna-se necessário acompanhar o crescimento dessas tecnologias para que a sociedade esteja preparada para usar a seu favor, de forma que fiquem claros os malefícios e benefícios da modernização.

É válido ressaltar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou uma pesquisa de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que mostrou que pela primeira vez praticamente dois terços da população do país (69,8%) possuem conexão com a internet. Apesar de várias utilidades, a internet ainda é usada principalmente para fins de comunicação e principalmente para a área educacional e saúde.

No que se refere aos benefícios que as novas tecnologias de informação geram, são inúmeros e se estendem a cada um dos setores sociais, desde a área empresarial até a área da saúde, dos avanços na medicina à entrada dos robôs na indústria. Mas o uso da modernização deve ser moderado para que seja possível minimizar os malefícios que chegam como consequências, como os riscos na segurança de informações, a inteligência artificial como competidoras, entre outros pontos negativos,

“ A TECNOLOGIA PODE E DEVE SER UTILIZADA PARA O CRESCIMENTO DAS PESSOAS E NÃO PARA AS PESSOAS CRESCEREM DEPENDENDO DA TECNOLOGIA. ”

como o aumento do desemprego, principal eixo de discussão na atualidade.

Dessa forma, a tecnologia pode e deve ser utilizada para o crescimento das pessoas e não para as pessoas crescerem dependendo da tecnologia. Ela não pode ser um instrumento de escravidão da razão, pensamento e compreensão da realidade, e sim, ser um apoio às tarefas do dia a dia, da velocidade na comunicação, na interatividade entre as pessoas, de conhecimento educacional e para amparar a medicina.

Para o escritor Mark Kennedy (2018), “Todas as maiores invenções tecnológicas criadas pelo homem — o avião, o automóvel, o computador — dizem pouco sobre sua inteligência, mas falam bastante sobre sua preguiça”. Ou seja, o homem faz da tecnologia

de informação sua base para vida, deixa de fazer o que antes fazia, e consequentemente, fica dependente da modernidade.

A intenção é apresentar um momento de reflexão acerca do assunto, haja vista a grande relevância para o desenvolvimento da sociedade, já que, o mesmo visa a priori refletir e/ou conscientizar que os impactos causados pela tecnologia da informação no mundo moderno possibilitam identificar se estamos de fato usando a tecnologia a nosso favor ou se estamos nos tornando escravos da modernização, e dessa forma, reavaliar até que ponto é viável o uso das inovações. Pense nisso!

DINHEIRO DÁ EM ÁRVORE

Ao contrário do que diz o antigo ditado que “dinheiro não dá em árvore”, basta olhar de maneira mais cuidadosa para a natureza que poderemos sentir seus efeitos em nossas vidas. É fato que notas de dinheiro não brotam em vegetais, mas por meio de suas folhas, troncos e raízes surgem o ar puro, o vapor de água, a redução da temperatura, a infiltração da água no solo e a manutenção de nascentes. Tudo isso não vale muito dinheiro?

Entender a vegetação, compreendendo os serviços ambientais que ela presta e nos devolve em forma de qualidade de vida que, muitas vezes, o dinheiro não traz, é um grande passo para a nossa própria preservação. Árvores reduzem as inundações, abrigam os pássaros que espalham as sementes e comem os insetos, reduzindo pragas e doenças. Quanto vale tudo isso?

A vegetação exerce um papel fundamental na remoção de material particulado e gases da atmosfera. Em áreas urbanas isso se torna ainda mais necessário. As folhas das árvores podem absorver gases poluentes originados pela queima incompleta que os automóveis fazem de seus combustíveis e prender partículas sob sua superfície. Qual o preço de um ar mais puro?

A má qualidade do ar pode prejudicar a saúde por toda a vida. De acordo com o relatório Air Quality Life Index (AQLI), da Universidade de Chicago, dos Estados Unidos, a inalação de um ar poluído reduz em 1,9 ano a expectativa média de vida em todo o mundo. Enquanto isso, as árvores trabalham silenciosamente para filtrar o nosso ar e alongar nossas vidas.

Emiliano Lobo de Godoi
Professor da Escola de Engenharia
Civil e Ambiental da UFG



A baixa umidade em determinadas épocas do ano compromete significativamente a saúde das populações, em especial, as que vivem nas cidades. Essa baixa umidade afeta as vias respiratórias e promovem reações alérgicas, o ressecamento e sangramento de mucosas, além de diversos outros malefícios. Enquanto isso, uma árvore com copa de 10 metros de diâmetro é capaz de bombear para a atmosfera mais de 300 litros de água, em forma de vapor, em um único dia. Quanto vale termos um ar mais úmido para respirar?

É muito comum vermos a divulgação de preocupantes dados de desmatamentos em áreas rurais. Entretanto, muito pouco se fala da perda de vegetação em áreas urbanas. Árvores são eliminadas nas cidades para ampliação de ruas, implantação de condomínios ou para qualquer outro motivo. Devemos ficar atentos a isso e perceber que essas mesmas árvores trabalham diuturnamente para todos nós, poupando muito do nosso dinheiro que é gasto com saúde.

Dalai Lama dizia que o homem “perde a saúde para juntar dinheiro e, depois, perde o dinheiro para recuperar a saúde”. Da mesma maneira que recuperar a saúde é algo extremamente difícil, recuperar um ambiente devastado é um desafio extremamente caro, árduo e moroso.

Sairia bem mais barato para todos nós se preservássemos o que temos hoje, afinal, dinheiro, qualidade de vida e satisfação brotam todos os dias em nossas árvores.



Contexto

Movimento Sindical, Articulação Docente, Conjuntura Política, Carreira, Jurídico, Cultura.

Por Luciene Dias

Reajuste

Após escuta de sua base, o Adufg-Sindicato enquanto entidade federada da Proifes-Federação assinou termo de acordo para reajuste salarial dos servidores federais. Pelo acordo, temos a garantia de reajuste linear de 9% para os servidores a partir do mês de maio de 2023, além do aumento no valor do vale alimentação para R\$ 658,00.

Envelhecimento

Incapacidade nunca foi sinônimo de envelhecimento. As limitações que chegam com o passar do tempo, a exemplo da redução de hormônios e questões ligadas ao metabolismo, não afetam inteligência e capacidade de raciocínio. Contudo, o etarismo presente inclusive em nossas universidades deve ser combatido.

Insalubridade

Garantir o pagamento dos adicionais de insalubridade a docentes e técnicos que atuam em ambientes insalubres na UFG é luta por cidadania. Esse pagamento é uma forma de compensar o risco que correm as pessoas que exercem atividades nocivas à saúde. Há atividades que, por sua natureza, condições ou métodos, colocam pessoas em risco e estamos vigilantes para que a UFG garanta o direito de servidores.

Cotas

É, no mínimo, curiosa a quantidade excessiva de recursos que vêm enfrentando as bancas de concurso público para docente efetivo, com vaga reservada para cotistas, na Universidade Federal de Goiás. O caminho possível para evitar perda de direitos conquistados pela população negra é reforçar o estudo e o enfrentamento cotidiano aos percalços impostos por pessoas não-negras que sequer ficam constringidas em se inscrever em vagas reservadas.

Suspensão

Portaria do governo federal suspendendo por 90 dias, a partir de 8 de março de 2023, o prazo para a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) é um passo importante na mobilização que tomou conta do Brasil nos últimos dias. Contudo, a luta pela suspensão definitiva do NEM deve ser reforçada, uma vez que essa proposta não atende as necessidades de filhas e filhos da classe trabalhadora e contribui para a redução do conhecimento.



Foto: Erik Ely

NEM

Aprovado em 2017, pelo governo de Michel Temer (MDB) e implementado no último ano de mandato de Jair Bolsonaro (PL), o Novo Ensino Médio piora as condições de escolarização e aumenta a desigualdade nas escolas públicas. O Adufg-Sindicato mantém-se atuante nas mobilizações que tomaram conta, também, do estado de Goiás pela Revogação do Novo Ensino Médio (NEM).

Indígenas

O Acampamento Terra Livre 2023, entre 24 e 28 de abril em Brasília marcou a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Aderir à luta contra as políticas de extermínio dos povos indígenas, a exemplo da calamidade sanitária enfrentada pelo Povo Yanomami e as execuções de indígenas no extremo sul da Bahia, é imperativo para todas as entidades sindicais brasileiras.

Representatividade

O Adufg-Sindicato somou forças para pensar Educação e Direitos Humanos no "II Congresso La universidad como derecho: perspectivas desde el sur". A partir de sua representatividade, debateu desde as tendências de privatização e mercantilização das universidades na América Latina até democracia e cidadania.

Filiação

O desejo de construir um sindicato representativo e engajado mobiliza para o convite a novas filiações. Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Jataí e

Universidade Federal de Catalão estão crescendo e queremos pluralizar as vozes que lutam por garantia de direitos. O Adufg-Sindicato representa jurídica e politicamente a categoria docente e atua de maneira independente e autônoma à administração das universidades e ao Estado.

Leão

O relatório das despesas médicas para declaração de Imposto de Renda (IR) pode ser retirado no site do Adufg-Sindicato por filiados e filiadas < <https://www.adufg.org.br/imposto-de-renda-e-demostrativo>>. Para declarar, é preciso utilizar o valor da coluna dedutível. O plano de saúde é um dos benefícios oferecidos e cuidadosamente gerido pelo Sindicato.

Goiás

O Adufg-Sindicato está trabalhando para fortalecer sua base na Cidade de Goiás. Para isso, dialoga com o poder público municipal para a conquista de sede local e mobiliza a diretoria para visitas orientadas

que visam construir um sindicato forte e representativo alocado na primeira capital do estado de Goiás.

Mulher, Mulheres

A antropóloga Suely Kofes, lá pelos idos de 2001, já nos brindou com excelente debate sobre a relação entre patroas e empregadas domésticas. A obra Mulher, Mulheres discute identidades, diferenças e desigualdades, buscando equidade entre homens e mulheres, sem deslegitimar ideias de classe, etnia e raça.

Feminismos

O Adufg-Sindicato e outros da base da Proifes-Federação, mobilizados pelo GT de Direitos Humanos dedicaram-se, nos dias 31 de março a 2 de abril, à formação "Feminismo: classe, raça e gênero". A estratégia é formar o movimento para que as trincheiras do antimachismo sejam reforçadas e que todas as pessoas tenham direitos respeitados e acessos equalizados.



Foto: Erik Ely

“É UM MODELO BONITO NO PAPEL, NÃO NA PRÁTICA”, AVALIA ESPECIALISTA SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

REVOGAÇÃO DA PROPOSTA FOI TOMADA MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE MOBILIZAÇÕES POR PARTE DE PROFESSORES, ESTUDANTES E ENTIDADES LIGADAS À EDUCAÇÃO

Lígia Saba

Aprovado em 2017, pelo governo de Michel Temer (MDB), o Novo Ensino Médio começou a ser implementado em escolas públicas e particulares no último governo. Após constantes mobilizações de estudantes, professores e gestores educacionais, além de críticas feitas por especialistas em educação, o governo decidiu suspender a implementação da proposta.

Para grande parte da comunidade escolar, a reforma educacional piorou as condições de escolarização e aumentou a desigualdade nas escolas públicas. Dentre as principais mudanças adotadas estão o agrupamento das disciplinas em Linguagem e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo que somente Matemática e Português são disciplinas obrigatórias.

Além disso, passaram a valer os chamados “itinerários formativos”, que são roteiros de atividades e conteúdos pré-definidos pela escola e que podem ser escolhidos pelos estudantes. A professora Miriam Fábria Alves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), explica que o estabelecimento de tais itinerários é um dos principais pontos da proposta e que pode trazer graves consequências para os discentes brasileiros.

“Em nome de uma propaganda feita pelo governo de que a reforma vinha para oferecer ao jovem a possibilidade de escolha do trajeto formativo, a implantação dos itinerários resulta em um currículo altamente fragmentado, que não proporciona uma formação geral de qualidade e não permite a materialização da prometida chance de escolha ao oferecer opções limitadas de disciplinas”, declara a docente.

Ela acrescenta que “na nova proposta, foram diminuídas as cargas horárias de disciplinas já existentes, ao mesmo tempo em que foram acrescentadas outras ao currículo, sem a contratação de novos profissionais. Decorrente dessa formulação curricular, a qualidade de trabalho do docente e sua autonomia profissional foram prejudicadas”.

O diretor de Políticas Educacionais da Proifes-Federação e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Carlos Alberto Marques, compartilha da mesma opinião. Para ele, trata-se de um modelo “bonito no papel”, mas na prática não funciona por uma série de fatores. “Um deles é que as desigualdades educacionais na formação dos alunos devem aumentar. A maioria das escolas públicas do País, responsáveis por cerca de 90% do Ensino Médio, não tem estrutura para oferecer esses percursos formativos e não conta com professores com formação adequada a esses percursos. Portanto, os alunos podem sair com enormes deficiências no domínio de vários conteúdos, especialmente de ciências e humanidades. Além disso, os

aprofundados. Porém, o diálogo foi atropelado por questões políticas, que colocaram em vigor um novo formato, que na prática, aprofunda problemas já existentes e cria outros”, discursou a docente em sua fala durante audiência realizada na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Após críticas, diálogos e mobilizações, o governo optou por suspender a implementação do Novo Ensino Médio. A suspensão ocorrerá enquanto durar o prazo da consulta pública em andamento sobre o tema - 90 dias prorrogáveis - e mais 30 dias para a elaboração do relatório. Durante uma das etapas da consulta pública, o governo pretende ouvir a opinião de cerca de 100 mil pessoas, incluindo alunos, professores e diretores de escolas.

Ainda segundo o MEC, os resultados das pesquisas devem ser entregues entre o fim de julho e começo de agosto, não havendo problemas na prorrogação do prazo caso as discussões se estendam. Mesmo com a revogação, especialistas afirmam que ajustes no formato do Novo Ensino Médio não são suficientes, sendo necessária a revogação da proposta.

“Como fazer para ajustar um modelo que produz 27 diferentes tipos de currículo nos estados ou 1525 disciplinas? Onde faltam professores nos itinerários formativos ou um professor de Português tem que ministrar aula de Matemática? Onde nos

percursos formativos se oferecem ‘como aprender a fazer um brigadeiro’, ‘cuidados pet’, ‘como se tornar um milionário’ ou aulas de RPG? Em São Paulo, por exemplo, faltam professores para 17% das aulas e 37% das escolas oferecerão apenas dois itinerários formativos, mostrando que é uma balela essa história de que os alunos podem escolher o percurso formativo. Assim, como membro da Proifes-Federação e do Fórum Nacional Popular de Educação, defendo a revogação do Novo Ensino Médio e que, por exemplo, se retorne aos Parâmetros Curriculares de 2015”, pontua o professor Carlos Alberto Marques.

O Jornal do Professor entrou em contato com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás para falar sobre a questão, mas os questionamentos não foram respondidos pelo órgão.



Fotos: Fernando Frazão/Agência Brasil

Para grande parte da comunidade escolar, a reforma educacional piorou as condições de escolarização e aumentou a desigualdade nas escolas públicas

cinco itinerários são, na maioria dos casos, apenas uma formalidade, para dizer que as escolas estão cumprindo com a obrigação legal, oferecendo de tudo um pouco”, avalia o docente.

Revogação

Diante da insatisfação de alunos e professores, têm sido realizadas manifestações por todo o Brasil, além de tentativas de diálogo com o Ministério da Educação (MEC). A diretora de Assuntos Interinstitucionais do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), professora Geovana Reis, destaca a importância da discussão sobre os problemas enfrentados pelo Ensino Médio Brasileiro.

“Desde 2015, temos discutido os problemas do ensino médio em Goiás. Já foi diagnosticada a necessidade de debates mais

PROJETO DA UFCAT PROMOVE O MAPEAMENTO DE CACHOEIRAS DE ARAGUARI (MG)

ESTUDO ANALISARÁ OS TIPOS DE ROCHA, AS CARACTERÍSTICAS HÍDRICAS, AS QUESTÕES CLIMÁTICAS, OS LIMITES DA ÁREA, ENTRE OUTROS ASPECTOS

Gracielly Porto
(estagiária sob supervisão)

O Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) iniciou um projeto para mapear, georreferenciar e catalogar as cachoeiras do município de Araguari (MG). A iniciativa, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araguari, conta com a participação de professores e estudantes de graduação e pós-graduação que visitarão todas as cachoeiras do município.

O município conta com mais de 146 cachoeiras e, segundo o coordenador do projeto, professor Rafael de Ávila, todas elas serão datadas e georreferenciadas por meio do estudo hidrogeológico que pretende ser desenvolvido e executado em 12 meses.

Serão estudados os tipos de rocha, as características hídricas, as questões climáticas, os limites da área, entre outros aspectos. “O projeto prevê beneficiar, ainda, a sociedade por meio de políticas públicas, com o aumento de recursos para novas oportunidades de empregos, ecoturismo e lazer”, complementa.

Importância ambiental

De acordo com o professor, as questões ambientais e riscos geológicos são uma preocupação da prefeitura de Araguari. “Como o município é muito rico em cachoeiras, recursos hídricos e estudos ambientais, surgiu essa demanda da prefeitura. Nosso trabalho tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento econômico, pautado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), referente à gestão sustentável da



Representantes da UFCAT e da Prefeitura Municipal de Araguari durante a apresentação do projeto

água e saneamento para todos”, explica.

Ainda segundo o coordenador, a participação dos alunos no mapeamento dessas cachoeiras proporciona a eles uma vasta experiência. “A universidade trabalha com ensino, pesquisa e extensão. O ensino vai ser bem desenvolvido, porque iremos realizar trabalhos de campo no município de Araguari, por meio das disciplinas que são ministradas no curso. Além disso, os alunos terão aulas práticas, associadas com a extensão, e conhecerão a realidade do campo. Vamos desenvolver pesquisas, envolvendo alunos de iniciação científica e também estudantes de mestrado, que irão desenvolver seus trabalhos, além de proporcionar uma

formação profissional e técnica em campo”.

Sustentabilidade

A reitora da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Roselma Lucchese, está confiante com os resultados do estudo. “A gestão da universidade espera contribuição para o desenvolvimento do município, principalmente econômico, turístico, agrário e sustentável. Além disso, que a gente consiga preservar a água e seus mananciais, que estão ameaçados. Um projeto como esse tem uma amplitude gigantesca na comunidade brasileira e mundial”, pontua.

Ela chama atenção para o reconhecimento do papel das universidades federais. “A UFCAT é uma das únicas instituições públicas permanentes que, hoje, se volta para o desenvolvimento sustentável. As universidades têm um papel extremamente relevante neste momento em que o clima e o meio ambiente estão em risco. É preciso promover o desenvolvimento sustentável de forma respeitosa, tanto para aquele que produz, quanto para aquele que vive no meio ambiente, considerando seres humanos, animais e vegetais”.

Após a finalização do mapeamento, a UFCAT produzirá um livro com dados fotográficos, registros físicos e evidências científicas que irão nortear as políticas públicas e econômicas do município de Araguari. “Os estudantes e a população terão acesso a esse material, que poderá ser utilizado por aqueles que desejam executar um projeto similar, além de despertar interesses econômicos e de investimentos para vários setores da sociedade”, finaliza a reitora.



Coordenador Rafael de Ávila (à esquerda), reitora Roselma Lucchese e demais pesquisadores da UFCAT realizam visitas técnicas nas cachoeiras

MULHERES AVANÇAM NA CIÊNCIA, MAS AINDA SOFREM COM DESAFIOS DA EQUIDADE DE GÊNERO

NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE GOIÁS, DADOS APONTAM QUE ELAS ESTÃO LIGEIRAMENTE ABAIXO DO PERCENTUAL MASCULINO, MAS COM DIFICULDADES BASTANTE SUPERIORES

Vinicius Braga

Se pedirmos para uma criança desenhar um cientista, provavelmente ela irá imaginar um homem branco, mais velho, de óculos e jaleco. É justamente esse o pensamento que ainda se tem sobre a carreira científica, em pleno 2023. Isso porque seguir atuação na área requer dedicação, esforço e tempo, seja dos homens ou das mulheres, mas alguns desafios são inerentes apenas a elas. O reflexo disso está no recente relatório “Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática”, da Unesco, o qual mostra que apenas 28% dos pesquisadores de todo o mundo são mulheres.

Nas universidades federais localizadas em Goiás, elas estão ligeiramente abaixo do percentual masculino. Na Universidade Federal de Goiás (UFG), o número de pesquisadoras à frente de projetos de pesquisa, entre servidores e docentes, representa 48,20%. Na Universidade Federal de Jataí (UFJ), chega a 42,89%. Já na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), as mulheres são 42,35%.

Na UFG, contudo, as mulheres são maioria na coordenação de pesquisas nas áreas de Ciências da Saúde (60,4%), Ciências Biológicas (51,7%) e Ciências Humanas (55,0%), e Linguística, Letras e Artes (61,65%), seguindo um padrão observado em todo o país. Os homens ainda dominam as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias.

“O avanço da presença feminina em atividades de pesquisa tem sido observado

no Brasil na última década, reflexo da luta constante em direção à igualdade de gênero e enfrentamento à discriminação, levando a conquistas importantes. Mas é importante destacar que ainda existem diferenças significativas quando observamos em relação às grandes áreas do conhecimento”, diz a pró-reitora adjunta de Pesquisa e Inovação e diretora de Pesquisa da UFG, professora Fabíola Souza Fiaccadori.

A UFJ conta, atualmente, com 498 projetos de pesquisa em andamento. A realidade é similar, já que na Unidade de Educação e na Unidade de Ciências da Saúde o percentual de pesquisadoras coordenadoras de projetos de pesquisa é de 57,89 e 60,45%, respectivamente. Em relação ao Programa de Iniciação Científica são 53% de pesquisadoras orientando os planos de trabalho no ciclo vigente.

“As docentes pesquisadoras da UFJ estão cada vez mais presentes, de forma ativa, em todas as políticas de pesquisa e inovação tecnológica. Seja na coordenação de projetos, de grupos e redes de pesquisas, além de buscar recursos em editais das agências de fomento públicas e junto a empresas privadas, por meio de parcerias e atuando nos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica”, reforça a professora Danielle Fabíola Pereira da Silva, pró-reitora adjunta pro tempore de Pesquisa e Inovação e diretora de Pesquisa da UFJ.

A UFCAT conta, atualmente, com 85 projetos em andamento. Destes, 36 são coordenados por mulheres e 49 por homens.

Em 12 projetos, não há participantes do sexo feminino e 73 projetos em que, pelo menos, uma mulher é integrante. “Apesar do número de mulheres na pesquisa e na ciência na UFCAT ser menor em relação aos homens, sendo sobretudo um reflexo do que acontece socialmente, houve um avanço ao longo dos anos da participação das mulheres, mas que com certeza ainda está longe de ser equânime”, avalia a professora Grenissa Stafuzza, pró-reitora substituta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Desafios

Por mais que a atual realidade dê indícios de mudanças, as mulheres precisam, ainda, lidar com inúmeros desafios para prosperar na carreira científica, com barreiras que resistem ao tempo. Para muitas, os desafios não são suficientes para fazê-las desistir, mas exigem que elas enfrentem obstáculos sequer existentes na vida de um homem.

“Podemos pontuar diferentes aspectos que dificultam o estabelecimento de mulheres no meio científico, ou mesmo a ascensão da carreira. A desigualdade de gênero e o preconceito ainda permanecem como questões relevantes no contexto da ciência no Brasil. Outro aspecto de destaque é a sobrecarga de trabalho, que reflete a dificuldade em conciliar o trabalho como cientistas com trabalho doméstico e a maternidade, por exemplo”, analisa professora Fabíola.

Em relação à maternidade, a pesquisa-



Fabíola Souza Fiaccadori (UFG): “A desigualdade de gênero e o preconceito ainda permanecem como questões relevantes no contexto da ciência no Brasil”.



Professora Danielle Fabíola Pereira da Silva (UFJ): “Para mudar o cenário, só o discurso não basta. É preciso oferecer oportunidades”.



Professora Grenissa Stafuzza (UFCAT): “É necessária uma mudança de mentalidade e de cultura, de alterar nosso olhar sobre a mulher, de enxergá-la como sujeito”.

dora acrescenta que, no contexto da pesquisa científica, uma conquista importante foi a ação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que realizou a inclusão no Currículo Lattes do campo para licença-maternidade, a fim de permitir o registro dos períodos de licença-maternidade.

Sobre a assimetria de gênero na pesquisa e na ciência, Grenissa destaca que é o resultado de uma questão mais profunda no Brasil, causada pelos mesmos fatores que explicam por que os salários das mulheres ainda são mais baixos em diversos setores ou por que o número de mulheres em posição de liderança de alto nível é menor. “Para mudar esse cenário, é preciso um esforço coletivo e temos a educação como ação transformadora da sociedade. Por isso, as iniciativas em andamento no Brasil que funcionam também como campanhas educativas para estimular as meninas a atuarem na ciência são muito bem-vindas”, acrescenta.

“De um passado que evidencia métricas que afirmam a necessidade de mudança na temática de gênero, esforços foram empreendidos por meio da Agenda 2030; que vislumbra o Desenvolvimento Sustentável ao tema para alavancar a igualdade de gênero e mais do que isso o empoderamento das mulheres e meninas de forma holística”, enfatiza a professora Danielle.

Valorização

Em comum, as professoras das universidades federais localizadas em Goiás compartilham que é preciso incentivar mais a participação feminina. “Ainda há muito espaço a ser conquistado para se alcançar uma condição mais equilibrada. É necessário avançar em ações de enfrentamento ao preconceito, de apoio e orienta-

ção para construção de uma sociedade com equidade de gênero, bem como no incentivo à elaboração de políticas públicas que promovam o reconhecimento e valorização da contribuição feminina na produção da ciência”, opina Fabíola Souza Fiaccadori.

“Para mudar o cenário, só o discurso não basta. É preciso oferecer oportunidades, propor metas e engajar cada vez mais as mulheres para que se sintam mais motivadas e valorizadas. Na UFJ, alguns cargos de gestão já são ocupados por mulheres, como a Vice-Reitora da instituição, seguida de 37,5% das Pró-reitorias são ocupadas por mulheres”, diz a professora Danielle Fabíola.

Na UFCAT, informa Grenissa, há diversos eventos, grupos de pesquisa, pesquisas realizadas e orientadas nos níveis de graduação e pós-graduação, além de produções bibliográficas que abordam o tema da mulher na ciência, na pesquisa, no trabalho e na sociedade. “A Universidade, de modo geral, sempre se colocou na sociedade como pioneira no combate às assimetrias de gêneros porque é lugar de pesquisa, de ciência, de difusão do conhecimento por excelência. Precisamos sumariamente extinguir o machismo porque ele nos faz retroceder como sociedade. Para isso, é necessária uma mudança de mentalidade e de cultura, de alterar nosso olhar sobre a mulher, de enxergá-la como sujeito. Isso só virá com esforços coletivos e educação de qualidade”.

Reconhecimento

Quando se fala em mulheres pesquisadoras na UFG, um dos nomes que se destaca é o da professora Eliana Martins Lima, da Faculdade de Farmácia. Com mais de 30 anos atuando na instituição, ela tem uma trajetória marcada por um importante le-

gado na área da pesquisa e de inovação em ciências farmacêuticas.

Recentemente, a docente conquistou a terceira colocação no 2º Prêmio do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) de Ciência, Tecnologia & Inovação – “Professora Odete Fátima Machado da Silveira”, na categoria Ciências da Vida (Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde). Ela foi indicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), na etapa estadual, que aconteceu em dezembro do ano passado.

“Esta premiação, em particular pelo prestígio que acompanha a Confap e os membros da comissão avaliadora que classificou pesquisadores de todo o País, é o reconhecimento de uma vida de trabalho intenso, dedicação e relevantes contribuições dentro da grande área de Ciências da Vida. Nosso País e nossas instituições não possuem tradição em valorizar o trabalho, a dedicação e as significativas contribuições de cientistas em suas áreas de atuação. Uma validação como esta é uma importante motivação para continuar o trabalho, um reforço de que os sacrifícios valem a pena, e a certeza de que mais vale o que ainda está por vir”, reflete.

Com uma trajetória admirável, Eliana Martins Lima serve de exemplo para tantas outras mulheres que desejam ingressar nesta área da pesquisa e da ciência. “A ciência, a tecnologia, as inovações são melhor alcançadas se executadas por mãos diversas, por mentes que pensam diferente e se complementam, por pessoas com experiências variadas, e nós, mulheres, temos ingredientes únicos para colaborar e protagonizar os mais relevantes papéis nessas áreas”, conclui.



Foto: Acervo pessoal

Professora Eliana Martins Lima (UFG): “Nós, mulheres, temos ingredientes únicos para colaborar e protagonizar os mais relevantes papéis nessas áreas”.

REAJUSTE É SANCIONADO, MAS ENTIDADES JÁ SE MOBILIZAM PARA CAMPANHA SALARIAL DE 2024

APÓS RODADAS DE NEGOCIAÇÕES, GOVERNO FEDERAL SANCIONA REAJUSTE SALARIAL DE 9% PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Vinícius Braga

Foram quase seis anos sem qualquer tipo de reajuste. Uma defasagem salarial que ultrapassa os 40%, sem acompanhar os crescentes índices inflacionários. Foi essa a realidade vivida por todas as categorias do funcionalismo público federal nos últimos anos. Com a reabertura da Mesa de Negociação Permanente, organizada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a esperança finalmente foi acesa.

Após intensas rodadas de negociações entre o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), Proifes-Federação e outras entidades sindicais, o Governo Federal sancionou, no dia 28 de abril, projeto de lei que concede reajuste de 9% aos servidores públicos federais, além do aumento de R\$ 200 no vale-alimentação. Os novos valores passarão a ser pagos a partir do dia 1º de maio.

“Trata-se de uma vitória importante, mas vamos continuar acompanhando a questão atentamente. É preciso que o movimento sindical continue a cobrança para que o governo instale as mesas setoriais de negociação e faça a revogação de atos que prejudicam os servidores e o serviços públicos como um todo”, diz o presidente do Adufg-Sindicato, professor Geci Silva.

Sempre presente nas negociações, inclusive na solenidade de assinatura do acordo, o diretor administrativo do Adufg-Sindicato e tesoureiro da Proifes, professor Flávio Silva, ressalta a importância do reajuste, apesar de estar distante das perdas acumuladas. O reajuste reivindicado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) era de 27%, mesmo índice da inflação acumulada durante os quatro anos do último governo.

Especificamente em relação aos professores das universidades federais, a última negociação salarial foi feita em 2015, na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. Na épo-



Diretor administrativo do Adufg-Sindicato, Flávio Silva, e presidente da Proifes-Federação, Nilton Brandão, durante assinatura do acordo de reajuste salarial pelo Governo Federal

ca, foi feito um acordo, que teve duração até 2017. “O último Governo sequer nos recebia para discutir a questão salarial. Então, consideramos um importante passo dado. Agora, vamos precisar de muita mobilização para pressionar o Governo pela campanha salarial de 2024”, afirma o diretor.

Discussões

O Adufg-Sindicato discutiu amplamente com os seus sindicalizados sobre a proposta de reajuste apresentada pelo Governo, seja por assembleia ou consulta eletrônica. O objetivo era, de fato, ouvir a categoria antes de se posicionar.

Na enquete realizada pela entidade, os docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) demonstraram ser favoráveis à proposta de reajuste salarial do Governo Federal. No total, 341 docentes participaram da enquete. Destes, 83,28% foram favoráveis. Os participantes contrários à proposta somaram 16,42%.

Somente um docente se absteve na votação.

O resultado da consulta foi encaminhado à Proifes-Federação, que reuniu os números obtidos em todos os sindicatos federados. Como a maioria foi favorável à proposta, essa foi a posição da entidade na Mesa Nacional de Negociação Permanente do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Sendo assim, foi fechado o acordo com o Governo Federal.

Outras pautas

Outra pauta importante levada pelo Adufg-Sindicato e pela Proifes-Federação nos últimos dias foi em relação ao desenvolvimento e valorização da pesquisa científica e tecnológica nas universidades e institutos federais. Representantes das entidades reuniram-se com o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ricardo Galvão, em Brasília.

Entre outros assuntos, foram discutidos os valores das bolsas de produtividade e pesquisa; a realização de projetos que contemplem a infraestrutura e a definição de projetos para as áreas estratégicas. A pauta apresentada pelo Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Proifes-Federação.

Ricardo Galvão recebeu com atenção cada assunto abordado e se comprometeu a observar de maneira detalhada a pauta. “É uma satisfação recebê-los. Acredito na força da entidade e, a partir da pauta apresentada, com certeza teremos diálogos mais propositivos”.

Professor Flávio Silva também esteve presente no encontro e reforçou a importância de se estabelecer um bom canal de diálogo com o CNPq para o fortalecimento da área de ciência e tecnologia. “Foi uma área extremamente prejudicada nos últimos anos e, nesta atual gestão, esperamos que volte a ter a devida atenção. Afinal, não há crescimento de uma nação sem investimentos em ciência”.



A favor da categoria, representantes do Adufg e da Proifes participaram ativamente das discussões da Mesa de Negociação Permanente

INDÍGENAS BRASILEIROS ENFRENTAM OBSTÁCULOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL

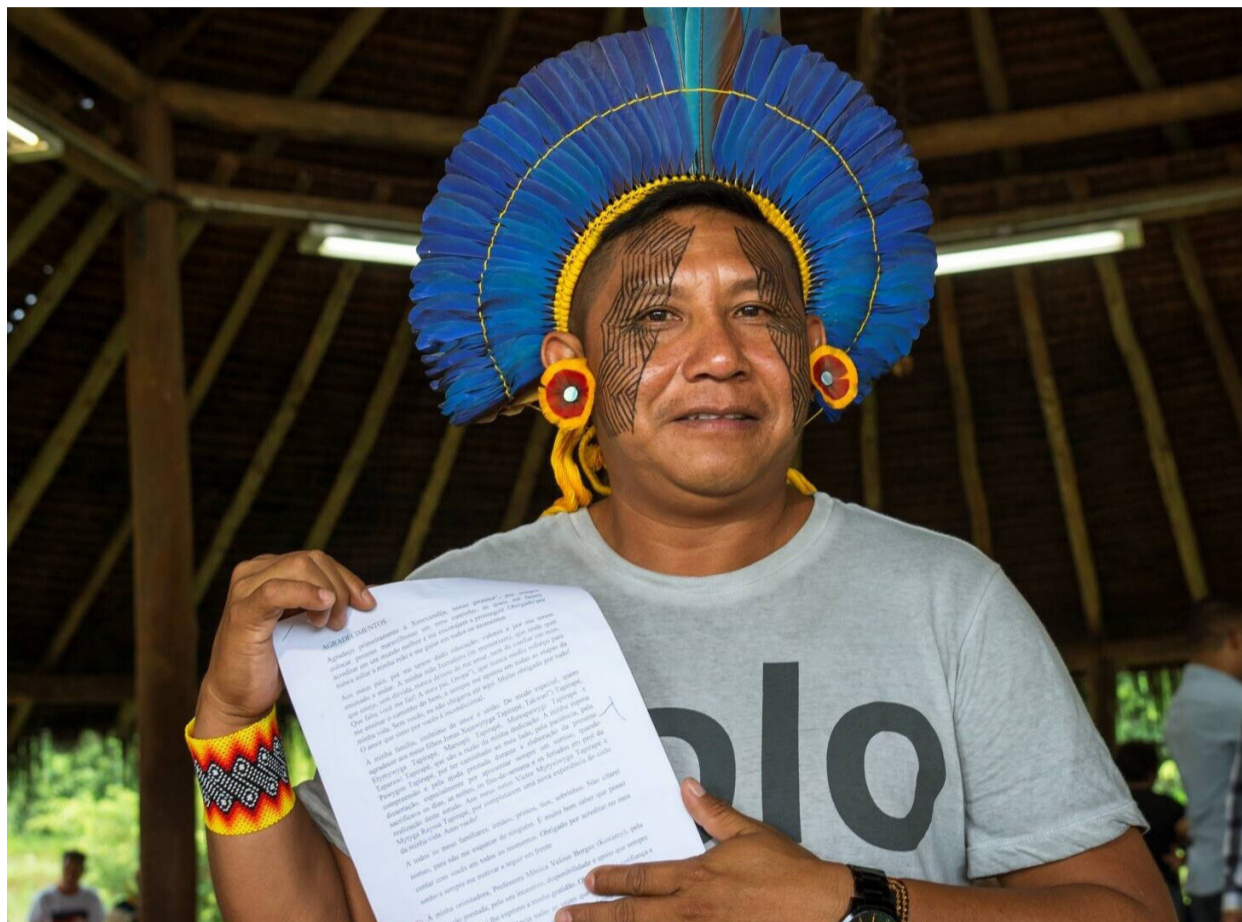
AS BARREIRAS IMPOSTAS VÃO DESDE A EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A FORMAÇÃO SUPERIOR E REFORÇAM AS DESIGUALDADES EXISTENTES NO PAÍS

Lígia Saba

Celebrado no dia 19 de abril, o Dia dos Povos Indígenas traz uma reflexão sobre a cultura e a herança indígena em todo o continente americano. Apesar de o Brasil já ter conquistado grandes avanços no que diz respeito à garantia de direitos dos povos indígenas, ainda existem barreiras que impedem a efetivação de acesso à segurança, saúde e educação.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconheceu oficialmente o direito dos povos originários a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Mesmo com o estabelecimento da lei e com a implementação da política de cotas, em 2012, os indígenas ainda encontram uma série de obstáculos durante o processo de formação educacional básica e superior.

Dentre tais desafios, destacam-se: o preconceito, o choque cultural, a língua e a dificuldade de acesso. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), até 2019, o percentual de indígenas matriculados em instituições de ensino superior vinha crescendo a cada ano. Porém, a partir de 2020, com a pandemia e a paralisação das aulas presenciais, houve uma interrupção nessa curva ascendente.



Fotos: Carlos Siqueira

Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé é o primeiro docente indígena a tomar posse na UFG

Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG) desde 2011, o professor Alexandre Herbetta, que atua no Núcleo Takinahakỹ, responsável pela formação superior de professoras e professores indígenas, destaca que é necessária a promoção de políticas que levem cada vez mais a sério o direito e a importância da educação escolar indígena. “Um grandioso desafio hoje é fazer com que a educação indígena não seja vista como algo periférico nas políticas educacionais brasileiras, mas sim como um fator central que vai desde a escola na aldeia até os cursos de formação nas universidades”.

O professor, que também é antropólogo, acrescenta que os conhecimentos produzidos no Núcleo são muito importantes para as populações indígenas presentes no projeto, “além de serem fundamentais para a universidade pensar em políticas de inclusão e permanência”.

Núcleo Takinahakỹ

Criado em 2006, a partir de uma política pública da década de 2000, o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena oferece curso de licenciatura em Educação Intercultural. O local é um dos 20 espaços existentes no Brasil voltado para a formação superior de povos originários. Além de promover a formação de professores, Alexandre Herbetta explica que a política auxilia na construção de uma universidade mais

inclusiva e democrática.

“Um dos nossos grandes objetivos é mudar os processos da educação escolar indígena. As escolas, inicialmente, foram levadas para as comunidades como parte de uma política integracionista que visava atacar os conhecimentos e línguas indígenas. Neste sentido, a grande ideia é promover transformações no processo de escolarização por meio da valorização da cultura indígena”, evidencia o docente.

Formado pelo Núcleo Takinahakỹ, o professor Gilson Ipaxi'awyga Tapirapé foi o primeiro docente indígena a tomar posse na UFG. Destacando as dificuldades encontradas durante sua formação, ele ressalta a importância da existência do espaço. “O núcleo foi pensando juntamente com lideranças indígenas, o que faz do espaço um lugar adequado para receber professores indígenas durante sua formação, além de garantir o fortalecimento e a preservação de práticas culturais dos povos originários”.

O docente se sente realizado em assumir o cargo de primeiro professor indígena da universidade e enfatiza a luta dos povos originários para ocuparem esses espaços. “Ao incorporar um professor indígena, a UFG cumpre com o seu dever de criar interculturalidade. Esperamos agora que seja garantido também espaço para nossos conhecimentos, porque só assim a representatividade indígena será efetivada”, finaliza.



Fotos: Erik Ely

Professor Alexandre Herbetta: “A grande ideia é promover transformações no processo de escolarização por meio da valorização da cultura indígena”

APESAR DO ETARISMO, CRESCE NO BRASIL O NÚMERO DE ESTUDANTES 40+

COM 763 ALUNOS ACIMA DOS 40 ANOS MATRICULADOS NA UFG, A FAIXA ETÁRIA CORRESPONDE A CERCA DE 3,5% DOS ESTUDANTES DA INSTITUIÇÃO

Lígia Saba

A discriminação sofrida por uma estudante de 40 anos em uma universidade de Bauru (SP) ganhou repercussão recentemente. O fato evidenciou não apenas o etarismo, que é o preconceito baseado na idade da pessoa, mas também a ignorância sobre uma tendência do ensino superior no Brasil. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, do Ministério da Educação (MEC), o número de estudantes com 40 anos ou mais que ingressaram em universidades quase triplicou nos últimos 10 anos. Atualmente, eles somam cerca de 1,2 milhões em todo o país, representando 13,4% do total de universitários.

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), segundo dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação, atualmente, a instituição conta com 763 alunos acima de 40 anos. A faixa etária corresponde a cerca de 3,5% dos 21.325 estudantes dos cursos de graduação da instituição. Entre os cursos mais procurados por eles, estão: Educação Intercultural, Biblioteconomia e Pedagogia.

Em relação aos desafios encontrados por eles no ambiente acadêmico, o pró-reitor de Graduação da UFG, Israel Elias Trindade, destaca que, por enquanto, não há estudos específicos sobre a questão, mas apresenta suposições, com base em sua experiência de gestão acadêmica.

“Temos observado que as dificuldades têm mais relação com o perfil do estudante do que com a faixa etária propriamente dito. Por exemplo, quando se trata de um estudante indígena, poderia haver dificuldade linguística. Quando se trata de um estudante de renda inferior, poderiam haver dificuldades econômicas. Quando se trata de um estudante trabalhador, a dificuldade em conciliar estudo e trabalho poderia ser um óbice. Quando se trata de uma pessoa com deficiência, talvez a acessibilidade pudesse ser o empecilho. Enfim, carece de mais estudos para termos mais clareza se o fator ‘faixa etária’ teria uma dificuldade específica”, analisa.

Sonho realizado

O estudante Aluísio Gustavo Miranda da Silva é um exemplo de que a idade não é um obstáculo para quem busca pelo sonho



Fotos: Acervo pessoal

“Por mais difícil que seja, é possível. As pessoas não podem desistir dos seus sonhos”, diz Aluísio Gustavo Miranda, de 40 anos, aprovado em Medicina na UFG

da graduação. Aos 40 anos de idade, o veterinário, que nunca exerceu a profissão devido a uma asma alérgica, conquistou a tão sonhada vaga no curso de Medicina da UFG. “Meu sonho sempre foi a Medicina, mas devido às dificuldades financeiras e falta de oportunidade, eu acabei indo para a Veterinária”, conta.

Mesmo depois de garantir o diploma como veterinário, Aluísio nunca deixou de lado a vontade de ser médico. Hoje, depois de nove anos de cursinho, o calouro da UFG se juntou aos adultos acima de 40 anos matriculados na instituição. Estudante de es-

cola pública, ele conta que a caminhada até a conquista da vaga não foi fácil. Trabalhando como vendedor de brinquedos e algodão doce, o apoio da esposa, do filho e dos professores foi essencial.

“Eu ganhei bolsa para fazer cursinho, mas mesmo assim existia um abismo enorme entre mim e os estudantes de escolas particulares. Foi um processo de muita luta. Graças a Deus, eu consegui professores que me ajudaram, tive o apoio da minha esposa e do meu filho, além do sistema de cotas, que foi essencial para que eu pudesse conquistar uma vaga e realizar meu sonho”, declara.

Com responsabilidades familiares e financeiras, Aluísio acredita que muitos adultos encontram dificuldades em conciliar a vida universitária com as obrigações da idade. “Eu preciso cumprir com as minhas responsabilidades de casa e com a minha família, além de cumprir com as demandas da faculdade. A questão financeira pesa bastante, preciso trabalhar para me manter dentro da universidade. Não posso ficar só por conta de estudar, igual a maioria dos meus colegas”.

Mesmo com os desafios que ainda virão pela frente, o estudante vê de maneira positiva o aumento no número de universitários acima dos 40 anos. Para Aluísio, o ambiente universitário deve estar aberto a todos, e é uma questão de

tempo até que a sociedade se acostume com o novo cenário e deixe de lado todas as formas de preconceito, incluindo o preconceito etário.

“Eu acredito que a universidade está cada dia mais preparada para nos receber, mas ainda falta o implemento de algumas políticas, como apoio psicológico e amparo social. Nós ainda nos deparamos com algumas distorções e posicionamentos patológicos, mas acredito que a sociedade está mudando e que muitos paradigmas já estão sendo quebrados”, finaliza.

A UFG NA ESQUINA DA LOUCURA (JURÍDICA) - PARTE I

O ordenamento jurídico brasileiro é bastante complexo, mas igualmente estruturado. A Constituição da República Federativa do Brasil, normalmente denominada somente de Constituição Federal, possui princípios sólidos que ditam bases para uma legislação complementar e ordinária, pautados sobretudo na legalidade e dignidade da pessoa humana, mas também possui normas de eficácia direta, sem a necessidade de uma legislação inferior a detalhando e esmiuçando.

A autonomia universitária alcançou esse patamar jurídico apenas em 1988, quando, no art. 207, foi insculpida na Constituição Federal da seguinte forma: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

Anteriormente ao art. 207 da Constituição Federal, no caso das Universidades Federais, as suas leis orgânicas comumente já traziam a previsão de autonomia didática, financeira e administrativa. No caso da UFG, instituída pela Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, o parágrafo único do primeiro artigo já constava a autonomia administrativa: “A Universidade Federal de Goiás terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa, e disciplinar, na forma da lei”. No caso das Universidades Federais de Catalão e Jataí, por já existir a previsão constitucional, não consta nas respectivas leis orgânicas (Lei nº 13.634/2018 – UFCat – e Lei nº 13.635/2018 – UFJ).

A autonomia universitária é comumente associada pela possibilidade de a Universidade realizar concurso para escolha de seus servidores, escolher qual curso irá ofertar à população, quais disciplinas irão compor determinado curso, enfim, questões inerentes ao funcionamento acadêmico. Essa liberdade, com absoluta certeza, é um braço importantíssimo e inegociável da autonomia universitária, mas não se resume a tal.

À comunidade universitária cabe in-

clusive o direito de criar e editar normas inerentes à carreira docente, como se dará a avaliação para fins de progressão funcional, de estágio probatório; como se dará o afastamento para pós-graduação e pós-doutorado, licença capacitação; e até mesmo alguns pormenores de atividades remuneradas um docente em dedicação exclusiva poderá exercer além do magistério.

Vê-se, portanto, que há uma gama de possibilidades e, portanto, dever da Universidade editar normas para além das questões curriculares e acadêmicas. A capacidade de editar normas da Universidade, contudo, não

“ O QUE NÃO PODE OCORRER, NESSE PROCESSO DE EDIÇÃO DOS PORMENORES, É SER ELABORADO UM REQUISITO QUE FIRA A PRÓPRIA NORMA CONSTITUCIONAL OU INFRACONSTITUCIONAL. ”

é ilimitada. Ela, assim como todo e qualquer ramo da administração pública, encontra limites na lei, não podendo, por exemplo, ir contra texto expresso da constituição ou lei, tampouco criar normas quando a Lei não a autoriza.

Igualmente, não pode deixar de fundamentar as decisões administrativas, posto que toda e qualquer decisão precisa ser devidamente fundamentada, sendo essa fundamentação, inclusive, parte inerente ao próprio ato administrativo em si.

Um exemplo: um docente solicita uma licença para participar de programa de pós-



Igor Escher, advogado, assessor jurídico do Adufg-Sindicato

-graduação ou pós-doutorado. Essa licença, conforme dita o art. 30, §3º da Lei nº 12.772/2012, tem seus requisitos de aprovação delegados a ato do conselho universitário da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES).

Nesse caso, fica à critério de cada IFES estabelecer que tipo de programa é de interesse da Universidade a participação de seu corpo docente; quantos professores e professoras podem se afastar simultaneamente; enfim, toda uma série de detalhes que a Lei não esmiuçou, mas deixou para que a própria comunidade acadêmica decidisse.

O que não pode ocorrer, nesse processo de edição dos pormenores, é ser elaborado um requisito que fira a própria norma constitucional ou infraconstitucional. Digamos que seja criado um critério etário para que fossem concedidos esses afastamentos, de forma que apenas docentes de uma certa idade pudessem se afastar. Por certo que tal norma nasce morta, do ponto de vista jurídico, pois fere completamente a Constituição Federal, que assegura o tratamento isonômico e digno das pessoas.

Podemos até pensar que dentro de uma comunidade acadêmica, em que a grande maioria do corpo técnico é altamente qualificado, com especialistas, mestres e doutores, que jamais ter-se-á uma gafe (usando de um eufemismo) nesse ponto. O cotidiano, contudo, mostra-nos uma prática diferente, em que se vê inúmeras ilegalidades e arbitrariedades por parte da Universidade, encarnando um empregador estranhamente perverso, mas isso só veremos na próxima edição, fique atento e não perca.



INFORME JURÍDICO

Adufg-Sindicato alerta para tentativas de golpe contra sindicalizados e dependentes

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) tem sido informado, com certa frequência, sobre diferentes tentativas de golpe contra os sindicalizados ou dependentes. Em uma delas, é citado o escritório de advocacia Eliomar Pires &

Ivoneide Escher, que presta serviços ao Adufg. O e-mail, assinado pela suposta secretária Jaqueline Brito, fala sobre pagamento de precatórios. É solicitado que seja feito contato com o advogado Eliomar Pires para solucionar a questão.

Há também uma tentativa de golpe por meio de uma carta em nome da “Secretaria de Benefícios da Previdência Complementar”. O documento, assinado por Lígia Ambrogi Luporini, suposta diretora-geral, notifica o contribuinte para exercer o direito de resgate das contribuições do plano de previdência complementar.

Eles pedem uma determinada quantia em dinheiro para que haja um “recebimento dos valores disponíveis para resgate”. As informações são inverídicas, o órgão e a

diretoria sequer existem. Outra envolve um suposto curso de pós-graduação. Em mensagens enviadas pelo WhatsApp, uma pessoa que se identifica como Grasiene Cassiano cobra o pagamento de boleto em nome da Faculdade de Minas (Facuminas).

As informações são totalmente inverídicas. A diretoria do Adufg-Sindicato pede que os filiados não façam nenhuma transferência bancária, nem entrem em contato com os números de telefone disponibilizados nos e-mails ou por WhatsApp. Nestes casos, recomenda-se o bloqueio e a denúncia destes criminosos. Todas as informações sobre ações jurídicas protocoladas pela entidade são divulgadas, exclusivamente, pelos canais oficiais de comunicação do Adufg-Sindicato.

ADUFG E PROIFES PARTICIPAM DO II CONGRESSO INTERNACIONAL: A UNIVERSIDADE COMO DIREITO – PERSPECTIVAS DO SUL

Com o objetivo de ampliar o debate público sobre a universidade, diretores do Adufg-Sindicato e da Proifes participaram do II Congresso Internacional: “A Universidade como Direito”, organizado em Buenos Aires, pela Federação Nacional de Professores Universitários (CONADU), pela Educação Inter-

nacional para a América Latina (IEAL) e pela Universidade Nacional de La Plata (UNLP).

A programação contou com debates sobre diversos temas, como: trabalho docente e direito à educação; a universidade, direitos e democracia; a produção de conhecimento, e ações sindicais nas universida-

des. Pelo Adufg-Sindicato, participaram do evento o presidente da entidade, professor Geci Silva, o diretor administrativo, professor Flávio Silva – que também integram a diretoria da Proifes-Federação -, além da diretora de Assuntos Interinstitucionais, professora Geovana Reis.



Foto: Proifes

ADUFG-SINDICATO E SINT-IFESGO DEFENDEM PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA NA ESCOLHA DE NOVA REITORIA DA UFCAT

Representantes do Adufg-Sindicato e do Sint-Ifesgo estiveram na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), no dia 11 de abril, para discutir a participação da comunidade acadêmica na escolha da nova reitoria da instituição. Na ocasião, os diretores defenderam que a organização do processo conte com a participação de membros de sindicatos e entidades ligadas ao movimento estudantil.

Na reunião, também foram discutidas questões relacionadas à organização de concurso público na universidade. Segundo o vice-reitor da UFCAT, professor Cláudio Lopes Maia, o assunto encontra-se avançado

junto ao Ministério da Educação (MEC). A previsão é de 37 vagas para docentes. Há, ainda, a expectativa de que 50 técnicos administrativos sejam efetivados ainda no primeiro semestre de 2023.

Pelo Adufg-Sindicato, participaram da reunião a 1ª vice-presidenta, professora Luciene Dias, o diretor administrativo, professor Flávio Silva, e a diretora de Assuntos Interinstitucionais, professora Geovana Reis. Também estiveram presentes a pró-reitora de Gestão de Pessoas da UFCAT, Fabiana Alves de Assunção, e o coordenador-geral do Sint-Ifes, Fernando César Silva Mota.



Foto: Adufg-Sindicato

SEDE DO ADUFG EM JATAÍ LANÇA BIBLIOTECA ROTATIVA E CLUBE DE LEITURA

O Adufg-Sindicato lançou no dia 19 de abril, na sede de Jataí, a Biblioteca Rotativa Professora Zilda Mariano. Além disso, a entidade deu início às atividades do Clube de Leitura.

O projeto tem como objetivo: incentivar a leitura de obras literárias e não-literárias, sem vinculação a disciplinas ou cursos; proporcionar um espaço de convivência e troca de ideias entre os participantes; estimular o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva; e promover o bem-estar mental e emocional dos participantes.

“Trata-se de um projeto com caráter social. As pessoas poderão compartilhar seus livros que estão parados dentro de casa e que já foram lidos para que outras pessoas também possam ter a experiência da leitura”, diz o 2º vice-presidente do Adufg-Sindicato, professor Luís Antônio Serrão Contim.

A sede do Adufg-Sindicato em Jataí fica na Avenida Engenheiro Abel de Carvalho, nº 1.651, no Residencial Cyllene França. Mais informações pelos telefones (64) 3631-8363 e (64) 9 99523884.



Foto: Adufg-Sindicato

ESPAÇO SAÚDE DO ADUFG CONTA COM ATENDIMENTO EM FISIOTERAPIA UROGINECOLÓGICA

ESPECIALIDADE ATENDE MULHERES E HOMENS COM ALGUMA DISFUNÇÃO LIGADA AO ASSOALHO PÉLVICO

Você já ouviu falar sobre fisioterapia uroginecológica ou fisioterapia pélvica? Trata-se de uma importante área da fisioterapia que atende mulheres e homens com alguma disfunção ligada ao assoalho pélvico, abrangendo as áreas da ginecologia, urologia, coloproctologia e sexualidade. O Espaço Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) oferece a especialidade aos professores sindicalizados e seus dependentes.

A fisioterapeuta responsável pelos atendimentos, Patrícia Leite, explica que o assoalho pélvico é formado por vários músculos responsáveis por sustentar os órgãos pélvicos/abdominais e ajudam na micção, defecação e função sexual. “Os sintomas podem aparecer em qualquer idade. Porém, são mais comuns em mulheres após 40 anos (no climatério e menopausa), gestantes, no pós-parto, mulheres com sobrepeso e homens com algum problema na próstata”, acrescenta.

As queixas mais comuns, segundo ela, são de escape de urina ao tossir/espirrar ou a sensação de urgência miccional (não conseguir segurar o xixi antes de chegar ao banheiro) ou de que a bexiga está sempre cheia. “Os sintomas podem estar relacionados ao enfraquecimento dos músculos que fazem parte da região pélvica, quando não conseguem fazer a sustentação adequada dessa região”.

Ela lembra, ainda, que a conduta deve



Foto: Erik Ely

Fisioterapeuta responsável, Patrícia Leite, explica que os sintomas podem aparecer em qualquer idade, principalmente em mulheres após 40 anos (no climatério e menopausa)

ser individualizada e somente um fisioterapeuta especializado na área pode fazer a avaliação, orientação e traçar o tratamento mais efetivo para cada caso (tipo de exercício, frequência e duração). “Exercícios feitos de forma aleatória ou inadequada podem não ter resultados satisfatórios ou piorar os sintomas”, orienta Patrícia.

Faça a sua avaliação fisioterapêutica!

O atendimento é realizado às segundas e quartas-feiras (período vespertino) e às terças e quintas-feiras (período matutino). Os interessados devem entrar em contato com o setor de planos assistenciais do sindicato, onde será liberado o voucher para realização das sessões.

AGENDA

Exposição



O Adufg-Sindicato sedia a exposição de fotografias “Conhecendo as Aves da UFG e de Goiânia”, coordenada pelo professor Jayrson Araújo de Oliveira, com a colaboração da professora Mara Rúbia Marques. A mostra está aberta para visitação entre os dias 2 e 31 de maio, na sede do Adufg. O objetivo do projeto é catalogar e identificar as aves presentes na área metropolitana de Goiânia e na área antropizada do Campus Samambaia, além de ampliar os conhecimentos da avifauna nestes espaços.

Feira Agroecológica



Com variedade de verduras, legumes, frutas, doces, entre outros alimentos, o Adufg-Sindicato promove toda quarta-feira a Feira Agroecológica, em parceria com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Goiás. Os produtos podem ser adquiridos das 9 às 15 horas, no quiosque da entidade (entrada pela Rua 229, Setor Leste Vila Nova). Os alimentos são produzidos pelo projeto “Unidade de Produção Agroecológica Colmeia”, realizado pelo Assentamento de Canudos, localizado em Palmeiras de Goiás.

Coral Infantojuvenil



O Adufg-Sindicato passa a oferecer o curso “Introdução ao Canto - Coral Infantojuvenil”, a partir do dia 2 de maio. As aulas, voltadas para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 16 anos, serão ministradas às terças e quintas-feiras, das 14 às 16 horas. Responsável pelas aulas, o educador musical Hall Willian destaca que a iniciativa traz uma série de benefícios aos alunos, como diferentes conhecimentos musicais e a socialização. O investimento mensal é de R\$ 50.

“É UMA SATISFAÇÃO ENORME CONTRIBUIR COM A PESQUISA E COM A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS”

DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ HÁ MAIS DE 20 ANOS, EDÉSIO FIALHO DOS REIS CONTA SUA HISTÓRIA NA INSTITUIÇÃO

Lígia Saba

Docente da Unidade de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Jataí (UFJ), o professor Edésio Fialho dos Reis participou ativamente da luta por melhores condições de trabalho e expansão do ensino universitário quando a instituição ainda era Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tudo começou em 2002, quando, após concurso, assumiu a vaga de professor efetivo da UFG para atuar no município.

Ele conta que, logo que chegou à universidade, se deparou com problemas básicos, que iam da infraestrutura a atrasos no pagamento de salário dos servidores. Inconformado com a situação, assumiu a coordenação do curso de Ciências Biológicas e, posteriormente, em 2003, a direção-geral do Campus Avançado de Jataí. No cargo, buscou apoio político e articulações com o Ministério da Educação (MEC) como forma de garantir mudanças e melhorias.

“Foi um desafio enorme, mas um desafio marcado por vários planos de ação. Eu não dava conta de ver aquela situação, não conseguia ficar na universidade daquele jeito. Então, quando a gente não concorda, a gente tem que abraçar a causa e lutar por ela. E acho que isso eu fiz. Com a ajuda da equipe que trabalhou comigo como diretor, acredito que conseguimos avançar em vários aspectos”, declara.

Expansão

Além da luta por melhores condições de trabalho para os servidores, durante seu mandato, o professor também esteve à frente do maior projeto de expansão que o Campus Avançado de Jataí passou durante a expansão do ensino superior no país, com foco voltado para interiorização das universidades. A partir do fim de 2005, após diversas ações nos anos anteriores, foi iniciada a disponibilização de vagas para docentes nos cursos já existentes no Campus Avançado de Jataí e novos cursos de graduação foram implementados no campus, que se tornou Campus Jataí em 11 de novem-



Foto: Acervo pessoal

“O ensino tem uma enorme importância, mas não conheço nenhuma universidade forte no país que não tenha uma pós-graduação forte. A pesquisa faz com que os alunos inovem.”

bro de 2005, com autonomia didático-pedagógica, iniciando os processos para construção de seus projetos pedagógicos.

Com a mudança, o município passou a ter um campus com estrutura administrativa e com autonomia em toda a parte acadêmica. Os projetos regionais passaram a ser pensados conforme as possibilidades regionais em vez de apenas repetir o que já existia em Goiânia. “Foi um grande salto. Tivemos naquele momento o investimento do MEC em novas vagas de professores, técnicos e recursos financeiros. Isso permitiu a estabilização do quadro de servidores e melhoria de indicadores, como a pesquisa e a iniciação científica”, lembra o docente.

Na virada de 2005 para 2006, muitas mudanças ocorreram no Campus em Jataí, além da expansão dos cursos de graduação, a criação do programa de pós-graduação em Agronomia, pioneiro em um campus

do interior da UFG. “Eu tenho muito orgulho de ter feito parte dessa fase da universidade, porque ela foi essencial para criar raízes que deram sustentação para o avanço do Campus Jataí, depois, Regional Jataí e, hoje, Universidade Federal de Jataí”.

Pesquisa

Em 2007, a direção do professor Edésio chegou ao fim e o docente passou a focar sua carreira no ensino, na pesquisa e na extensão. Ao longo de seus mais de 20 anos na instituição, ele soma mais de 50 orientações e coorientações de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de mais de 30 orientações no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e vários artigos científicos publicados em periódicos e resumos apresentados em congressos científicos da área. Um dos principais programas coordenados pelo professor foi o projeto “Casadinho/CNPq”,

aprovado em 2008, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa.

Na pós-graduação da Agronomia/Produção Vegetal, o professor assumiu a coordenação por dois momentos, entre 2009 e 2011 e entre 2013 e 2015. Em 2019, após a emancipação da Regional Jataí em UFJ e nomeação do reitor pro tempore, Edésio foi convidado para assumir a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. O convite foi feito pelo então reitor da nova universidade, a partir de indicações e consultas internas aos programas de pós-graduação. Atualmente, ele está à frente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e vem desenvolvendo um trabalho coletivo com os coordenadores e membros dos Programas de pós-graduação da UFJ.

“A universidade não caminha sem a pós-graduação. O ensino da graduação tem uma enorme importância, mas não conheço nenhuma universidade forte no país que não tenha uma pós-graduação forte. A pesquisa faz com que os alunos inovem. Estar em uma universidade para simplesmente repetir o que está em livros não faz muito sentido”, analisa.

Orgulho

Ao falar sobre seus maiores orgulhos dentro da UFJ, Edésio conta que se sente extremamente realizado por ter contribuído com projetos, para a construção de uma estrutura voltada para pesquisa e formação de recursos humanos. “Ver a mudança de vida dos alunos que passaram por mim durante a pós-graduação é algo que me dá um prazer enorme”.

Para o futuro, o professor espera uma universidade cada vez mais inclusiva e democrática. “Essa nova universidade precisa dos seus servidores e dos seus gestores para pensar, de fato, nos problemas que a nossa sociedade enfrenta. Quem banca a universidade é a sociedade, então, nós precisamos pensar na formação de recursos humanos de qualidade e na inclusão”, finaliza.